

Síntese Curricular

Nome: Valdemar Paralta Belo da Silva
Bacharelato em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (Julho de 1985)

Situação Profissional

Desde 1 de Março de 2006, Chefe de Divisão do Gabinete Técnico de Apoio da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE);

Director de Serviços do Gabinete de Planeamento Informação e Relações Exteriores (GPIRE) da Direcção-Geral de Viação (DGV), de Julho de 2001 a Março de 2006 (D. R. n.º 194/2001, 2.ª série, de 22 de Agosto);

Adjunto da Comissão Instaladora da AQSA, cargo equiparado a Director de Serviços, de 13 de Outubro de 2000 a 31 de Julho de 2001 (D. R. n.º 265, 2.ª série, de 16 de Novembro de 2000);

Chefe de Divisão do NAT do SNPC, desde Novembro de 1998 até Março de 2000.

De Janeiro de 1992 a Outubro de 1992 — Director, para África, da Empresa de Obras Públicas SOMECE, Construções, S. A.;

De Janeiro de 1997 a Junho de 1998 — Director Executivo das Bolsas de Estudo Financiadas pela União Europeia para alunos dos ACP (África, Caraíbas e Pacífico) em Portugal, Instituto da Cooperação Portuguesa, Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Formação Profissional

Curso de “Introdução à Estatística”, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, Maio de 1986;

“Introdução às Bases de Dados”, Instituto Nacional de Administração, Oeiras, Setembro de 1988;

Curso NATO “Civil Emergency Planning CEP/CIMIC”, Hungria, Setembro de 1998;

International Rescue Services Operations (PFP), Suécia (Revinge), Agosto de 1998;

Civil Emergency Operations, Bruxelas, Janeiro de 1999;

A Reinvenção da Função Pública, da Burocracia à Gestão”, INA-Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Seminário “Administração Pública Electrónica e Governamental — A Visão para 2005”, Estoril, Junho de 2002;

Visita Oficial de uma Delegação Portuguesa à República de Cabo Verde, Presidida por SS. Ex.ª o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, Cidade da Praia, Outubro de 2003;

1.º, 2.º e 3.º Congresso Nacional da Administração Pública: Projectos de Mudança”, INA, Lisboa,

“Seminário de Alta Direcção”, INA, Faro, Janeiro de 2005;

Curso de Alta Direcção, INA, Faro, Novembro de 2005;

Curso FORGEP, Instituto Superior de Gestão, Dezembro de 2008 a Março de 2009;

Louvores

Louvor concedido pelo Presidente do SNPC em 11 de Abril de 2000 (Louvor n.º 228/2000 — DR n.º 101, 2.ª Série de 2 de Maio), Louvor concedido pelo Presidente do SNPC em 11 de Abril de 2000 (Louvor n.º 229/2000 — DR n.º 101, 2.ª Série de 2 de Maio); Louvor concedido por SS. Ex.ª o Senhor Secretário de Estado para a Defesa do Consumidor. (Despacho n.º 17 689/2001 — DR. n.º 195, 2.ª Série de 27 de Julho), Louvor concedido pelo Director-Geral de Viação (Louvor n.º 43/2006 — DR n.º 17, 2.ª Série de 24 de Janeiro).

Nota Curricular**1 — Identificação**

Nome — Silvina Cármen Pinto da Costa Gavino

Naturalidade — Porto

Data Nascimento — 28 de Novembro de 1951

2 — Formação Académica

Licenciatura em Direito pela Universidade Moderna de Setúbal, média final de curso 15 valores

Pós-Graduação em Procedimento Contra-ordenacional, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, média final 17 valores

3 — Categoria Profissional

Inspectora da carreira de inspector superior da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

4 — Experiência Profissional

2006 a 2008 — chefe de divisão, em regime de substituição, da Divisão de Fiscalização e Investigação II da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, da Autoridade de segurança Alimentar e Económica

2005 — Coordenadora do Sector II — Turismo e Práticas Comerciais, na Direcção Regional do Sul da Inspeção Geral das Actividades Económicas

2004 — Coordenadora das áreas I e II e secretaria da Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo Operacional da Inspeção Geral das Actividades Económicas

1999 a 2004 e 1995 a 1996 — Delegada Distrital da Delegação de Setúbal da Inspeção Geral das Actividades Económicas

Participação em Grupos de Trabalho nomeadamente, para a revisão de normas do Regulamento Interno da IGAE em matéria de concursos; sobre “Controlo das Actividades Transfronteiriças entre Portugal e Espanha”, no âmbito da UCLEFA; sobre “Artigos Têxteis Provenientes de Países Terceiros”; para elaboração de “Relatório de Avaliação sobre a Estrutura Estatística Operacional na ASAE” e para a implementação das normas legais na ASAE do Regime Jurídico de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho.

Instrutora de processos de natureza criminal, contra-ordenacional e disciplinar

Oradora em vários colóquios e seminários em representação da IGAE

5 — Formação Profissional

Diversos cursos de formação no âmbito das competências da ex-IGAE, designadamente 2.º Curso Elementar de Habilitação Técnica e 7.º curso de Aperfeiçoamento e Especialização e nos das áreas do Direito Comunitário, Direito Penal, Direito Processual Penal, Percursos de Droga, Contrataria, Pirataria Audiovisual, Contrafação, Vinhos, Pescado, Controlo Metrológico, Equipamentos sob Pressão, Armazenagem de Combustíveis Líquidos e Gasosos, Estabelecimentos Industriais, Pedreiras, Empreendimentos Turísticos, Turismo no Espaço Rural, Vendas com Prejuízo, Mecanismos do IVA, Jogo Ilícito, Siadap, Técnicas de Auditoria e Informática.

Curso de Investigação Criminal da GNR

Formadora da área jurídica — “Regime Jurídico das Contra-Ordenações” — no curso de formação para intercomunicabilidade da carreira de inspector-adjunto para a de inspector técnico da IGAE

Formadora no “Curso de Inspeção das Actividades Económicas”, realizado na República Democrática de S. Tomé e Príncipe, nas vertentes Fiscalização, Instrução Processual, Direito Penal, Direito Processual Penal e Metodologias

Formadora da disciplina de Procedimentos de Fiscalização do “Curso de Acesso à Carreira Inspectiva” da ASAE

Assistente convidada, da cadeira de Processo Civil I, na Universidade Moderna de Lisboa, no ano lectivo de 2003-2004.

202211423

Despacho n.º 19502/2009

Considerando o superveniente impedimento, por motivos imprevisíveis e imponderáveis, que se prevê de longa duração, do 1.º vogal efectivo do júri do concurso publicitado através do Aviso n.º 9619/2009, DR; 2.ª série, n.º 94 de 15 de Maio, Dra. Maria Cecília Ramalho Marreiros,

Considerando ainda, atenta a carência de pessoal, que importa imprimir celeridade ao referido procedimento concursal;

Designo, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 20.º e n.º 8 do artigo 21.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, em ordem a permitir o regular funcionamento daquele órgão, a Assistente Técnica, Carla Rocha Gaspar, para integrar o júri do concurso, em substituição da 1.ª vogal.

Designo ainda, como suplente do 1.º vogal efectivo, a Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Expediente, Elisabete Maria Moreira Lopes de Avelar.

Em obediência ao disposto no n.º 10 do mencionado artigo 21.º o novo júri dá continuidade e assume integralmente todas as operações do procedimento já efectuadas.

11 de Agosto de 2009. — O Inspector-Geral, António Nunes.

202209967

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS**

Autoridade Florestal Nacional

Despacho n.º 19503/2009

Pelo Despacho n.º 1654/2009 de 14 de Janeiro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 14 de Janeiro de 2009, foram nomeadas em comissão de serviço extraordinária as funcionárias Áurea Mendes Fernandes e Clotilde Rodrigues Vidinha Lopes Gomes, por um período experimental de 6 meses, para o exercício de funções correspondente a Assistente Técnico.

Considerando que o período experimental se destina a comprovar se o trabalhador possui as competências exigidas pelo posto de trabalho que vai ocupar (artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro de 2008) determino, ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, que o júri ao qual competirá a avaliação final da funcionária Áurea Mendes Fernandes seja constituído pelo Director Regional de Florestas do Norte, Eng.º Rogério Rodrigues e pelo Gestor da Unidade de Gestão Florestal do Tâmega, Eng.º António Martinho e que o júri da funcionária Clotilde Rodrigues Vidinha Lopes Gomes seja constituído pelo Director de Unidade de Recursos e Produtos Silvestres, Eng.º Manuel Loureiro e pelo Chefe de Divisão de Caça e Pesca, Dr. Manuel Pereira.

Determino ainda que, findo o período experimental, as funcionárias deverão submeter para apreciação do júri, até ao dia 30 de Setembro de 2009, um relatório do trabalho que exerceram cuja estrutura será a seguinte:

- Índice;
- Introdução;
- Actividades desenvolvidas;
- Resumo das acções de formação;
- Conclusão.

7 de Agosto de 2009. — O Presidente, *António José Rego*.
202211553

Despacho n.º 19504/2009

Pelo meu despacho n.º 7273/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série-C, n.º 48, de 10 de Março de 2009, deleguei nos directores regionais de florestas competências várias que me são conferidas pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto de 2004, na sua redacção actual. Constatando, porém, que existe conveniência na delegação de mais competências no âmbito deste diploma, delego ainda nos referidos dirigentes, ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, as competências a que respeitam as disposições legais seguintes:

- a) Suspender o exercício da caça em ZCM, nos termos a que se refere o n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de Agosto de 2004, na sua redacção actual;
- b) Suspender o exercício da caça e de actividades de carácter venatório em ZCA e ZCT, nos termos a que se refere artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de Agosto de 2004, na sua redacção actual.

As competências ora delegadas abrangem o poder de fixação do prazo para a supressão da falta que determinar a suspensão, nos termos das disposições referidas nas alíneas anteriores.

O presente despacho produz efeitos em 1 de Setembro de 2008, considerando-se ratificados todos os actos praticados pelos referidos dirigentes, no âmbito dos poderes ora delegados.

17 de Agosto de 2009. — O Presidente, *António José Rego*.
202211723

Despacho n.º 19505/2009

Por requerimento dirigido ao presidente da Autoridade Florestal Nacional, um grupo de proprietários e produtores florestais, constituído para o efeito em Núcleo Fundador, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro, veio apresentar um pedido de

criação de uma zona de intervenção florestal abrangendo vários prédios rústicos de duas freguesias do município de Alcoutim.

Foram cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de Janeiro, que estabelece o regime de criação das ZIF, pelo que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º daquele diploma legal:

1.º É criada a Zona de Intervenção Florestal Balurcos (ZIF n.º 79, processo n.º 161/07 — AFN), com uma área de 7049,99 ha, cujos limites constam da planta anexa ao presente despacho e que dele faz parte integrante, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Pereiro e Alcoutim, do concelho de Alcoutim.

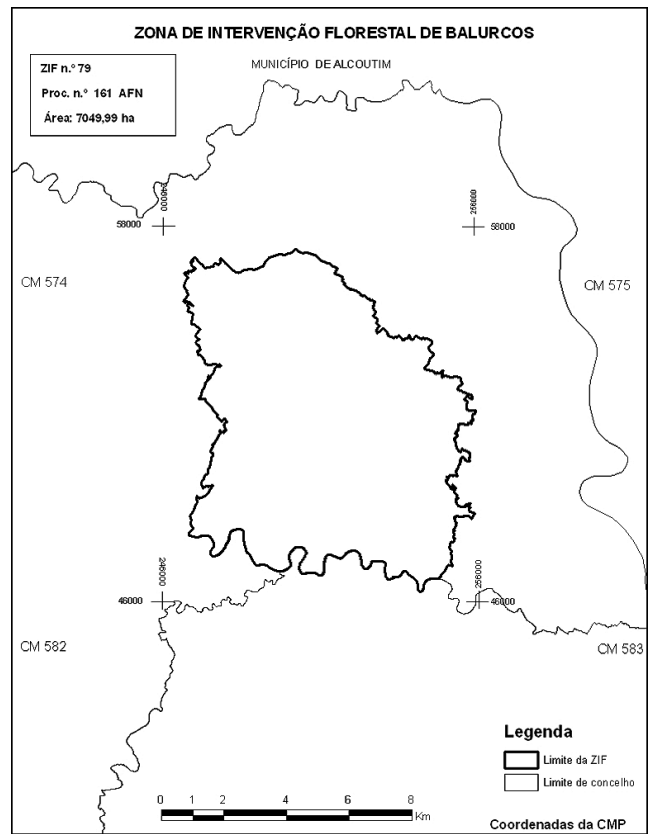
2.º A gestão da Zona de Intervenção Florestal Balurcos é assegurada pela Cumeadas — Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana, com o NIF n.º 505168901, com sede no Edifício da Escola Primária, Pereiro, 8970-307 ALCOUTIM.

3.º O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

17 de Agosto de 2009. — O Presidente da Autoridade Florestal Nacional, *António José Rego*.

ANEXO

(Mapa a que se refere o n.º 1 do presente Despacho)



202212177

Gabinete de Planeamento e Políticas

Despacho n.º 19506/2009

Por meu despacho de 14 de Agosto de 2009, foi autorizada a pretensão de colocação em situação de mobilidade especial (SME), por opção voluntária, da colaboradora abaixo indicada, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conjugado com o n.º 1, alínea a) do Despacho n.º 6303-B/2009, de 23 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 39, de 25 de Fevereiro.

Os efeitos da dita colocação em situação de mobilidade especial reportam-se a 1 de Setembro de 2009.

Nome	M. R. J. E. P.	Carreira	Categoria	Posição remuneratória	Nível Remuneratório
Maria João da Cruz Pinto Granadas.	CTFP, por tempo indeterminado.	Assistente Operacional	Assistente Operacional	7.ª	7.º

19 de Agosto de 2009. — A Directora, *Gabriela Ventura*.

202214437